

Este trabalho tem por objetivo a inscrição para **apresentação oral** no V SiPEQ, na área **psicologia**, modalidade **hermenêutica**.

## **UMA CRÍTICA POSSÍVEL AO USO DOS TESTES PSICOLÓGICOS, PAUTADA NA FENOMENOLOGIA-HERMENÊUTICA**

**Nome autor: Yan Sousa de Almeida**

*Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*

*E-mail: yan.s.de.a@gmail.com*

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão a respeito dos testes psicológicos, em especial empreendendo uma crítica ao uso desses instrumentos na contemporaneidade. Para isso, será organizado em dois momentos: No primeiro momento será realizada uma breve revisão história da gênese dos testes psicológicos no Estados Unidos da América e na Europa, que servirá de base para o segundo momento, em que se constitui uma crítica à utilização dos testes psicológicos a partir da fenomenologia-hermenêutica. Iremos nos apoiar nas ideias de Heidegger sobre a era da técnica, pensamento meditante, pensamento calculante e serenidade para realizar nossa crítica. Em conclusão, traremos à tona a ideia de que o uso mais comum dos testes não é compatível com o fazer de uma clínica psicológica de perspectiva fenomenológico-existencial. Em contrapartida, a serenidade será posta como um caminho possível.

**Palavras-chave: Testes Psicológicos, Psicologia Clínica, Mensuração Psicológica, Fenomenologia-Hermenêutica.**

### **Abstract**

This paper aims to undertake a meditation concerning psychological tests, especially danted at a critic to the usage of them contemporarily. For that, it will be organized in two parts: In the first part a brief historical revision about the genesis of the psychological tests in the United States of America and Europe will be carried out, that will be the foundation for the second part, which constitutes a criticism of the use of the psychological tests from a phenomenological hermeneutics standpoint. We will rely on Heidegger's ideas on the technological age, meditating thought calculating thought and serenity to carry out our criticism. In conclusion, we will bring fore the idea that the most common use of the tests is not compatible with the doing of a psychological clinic which has its foundation in an existential phenomenological perspective. In contrast, the serenity is posited as a possible way of thinking more aligned with phenomenological thinking.

**Keywords: Psychological Tests, Clinic Psychology, Psychological Measurement, Hermeneutic Phenomenology.**

### **Introdução**

De acordo com os dados levantados por Bastos e Gondim (2010), os testes psicológicos em 2010 foram a atividade mais exercida por psicólogos. Justamente por ocupar essa posição proeminente, acreditamos que uma meditação acerca desse fenômeno seja válida. Por isso, na primeira parte deste trabalho, será apresentada a gênese dos testes psicológicos que ocorreu no século XX nos Estados Unidos e Europa, estudo este conduzido pela ideia de uma análise

fenomenológica-hermenêutica, por acreditarmos que desta forma possamos desobscurecer algumas das condições de possibilidades que tornaram justificável que hoje, os testes psicológicos sejam uma atividade de destaque na psicologia.

Mais do que descrever a criação de alguns testes psicológicos e um pouco do momento histórico o qual pertencem, está aqui presente uma tentativa de desvelar o sentido que se dá no uso de tais testes, por conseguinte, qual a relação encontrada entre a utilização dos testes como instrumento técnico e o homem, agora, em uma condição de objeto estável, estimável e mensurável.

Para realizar esse movimento reflexivo teremos como norte o pensamento de Heidegger sobre a era da técnica, tão presente na contemporaneidade a ponto de ditar como o homem se relaciona com as coisas e os outros, tais relações se dão no prisma da função e eficiência, instrumentalizando as relações presentes no cotidiano. Isso tem seu contorno estabelecido pela forma de pensar do homem moderno, pautada no pensamento calculante (HEIDEGGER, 2001), que é matemático em sua busca pela eficácia, diagnóstico, prevenção e controle, se utilizando para tal fim, um conjunto de ideias já preconcebidas a respeito do objeto estudado. Articulação esta de requer a aceitação de algumas premissas, como a noção de uma interioridade substancializada do homem que pode ser acessada, medida e, por conseguinte controlada.

Por isso, temos como intenção final apresentar uma alternativa ao pensamento calculante, mais alinhada a perspectiva de uma clínica fenomenológica existencial, que tem como pressupostos a indeterminação do ser do homem, e sua relação intencional de co-originariedade com o mundo, que é o pensamento meditante, estando este intimamente ligado com a serenidade, que consiste em um deixar-ser, realizando uma parada, dando um passo atrás, sem tutelar ou fornecer caminhos, mas ser capaz de dizer sim e não, para ser viável um afastamento da dinâmica da era técnica moderna, dessa forma, legando ao outro o trilhar de seu próprio caminho, possibilitando que novas formas de relação mais livre possam surgir. Porém, para que tal argumentação seja desenvolvida é importante nos demorarmos um pouco a respeito da gênese dos testes psicológicos.

## **1 A Gênese da Mensuração Psicológica**

Os testes psicológicos têm sua origem no século XX, apresentando como expoentes os testes mentais criados por Cattell nos Estados Unidos da América e a escala de aprendizagem Binet-Simon na França. É importante revisitar a história de ambos pesquisadores, para que em seguida possamos dialogar com as possíveis implicações de tais testes.

James McKeen Cattell (1860-1944), um proeminente psicólogo norte-americano, teve seu doutoramento concluído sob a orientação de Wundt em Leipzig, na Alemanha, envolvendo o estudo de tempos de reação. Uma preocupação central em sua obra foi o estudo das diferenças individuais, com a presença de ideais eugenistas devido à influência dos trabalhos de Galton e da teoria da evolução das espécies de Darwin (GOODWIN, 2005). Cattell acreditava que a inteligência era inata, e que deveria haver um meio de mensurá-la em termos absolutos. Seus testes mentais consistiam em medidas que envolviam a aferição de tempos de resposta, velocidade de movimento, tempo de nomeação de cores, entre outros (GOODWIN, 2005, p. 257). Ao longo da década de 1890, aplicou diferentes versões de sua bateria de testes mentais em alunos universitários, com o intuito de utilizá-los como mecanismo preditivo do sucesso acadêmico. Porém em 1901, ao solicitar ao seu aluno Clark Wissler o cálculo da correlação estatística entre o desempenho nos testes mentais e as avaliações acadêmicas, Cattell chegou à conclusão de que nenhum de seus testes possuía correlação estatística significativa em relação ao desempenho nas disciplinas acadêmicas. A pesquisa de Wissler revelou que o sucesso em uma das disciplinas, incluindo a ginástica, possuía uma correlação estatística em relação ao desempenho em qualquer outra disciplina superior à dos testes mentais de Cattell. (GOODWIN, 2005, p. 258) O sucesso em uma disciplina possuiria, portanto, uma capacidade preditiva sobre o rendimento escolar maior que qualquer teste desenvolvido por Cattell.

Como se pode observar, Cattell foi um dos responsáveis pelos primeiros esboços do que mais tarde viriam a ser os instrumentos de avaliação psicológica. A aproximação entre o estudo das diferenças individuais e a estatística revela que já se fazia presente o interesse científico em classificar e medir características humanas, um interesse pautado, sobretudo nos ideais positivistas de objetividade e mensurabilidade que se impunham às ciências, característica esta, ainda presente nos testes psicológicos da atualidade.

A abordagem de Cattell para a avaliação da inteligência perdeu força após a divulgação dos trabalhos de Binet. Nesse momento, a França procurava novas maneiras de melhorar o rendimento de seus alunos escolares. Nas escolas francesas era “significativo” (CASTRO et al, 2007, p.268) o número de alunos repetentes ou com dificuldades de aprendizado. O governo francês decidiu então comissionar Alfred Binet (1857-1911) para que desenvolvesse técnicas capazes de indicar crianças que necessitassem de alguma forma de intervenção ou educação especial. Em 1905, Binet criou em conjunto com Theodore Simon (1872-1961) uma escala para medir o desenvolvimento mental da criança. Ele desenvolveu também o conceito de idade mental presente na escala: um número que corresponde à capacidade de uma dada criança em realizar atividades destinadas a certa idade. À escala foi dado o nome de seus autores: Escala Binet-Simon. Esta tinha por objetivo separar os alunos em classes homogêneas quanto à capacidade de aprendizado, e proveu um argumento científico para a organização das classes em um modelo seriado.

Se em Cattell os ideais positivistas se faziam presentes no método, em Binet observa-se também a influência do pensamento de Auguste Comte. Havia um clamor do governo francês por técnicas capazes de promover uma transformação social através do avanço científico da educação. O progresso era o objetivo principal, e a ciência seria a ferramenta que iria oferecer o controle de que o governo necessitava. Nesse momento, a visão instrumental já impunha a eficiência e o controle às decisões a serem tomadas pelo governo.

Nos Estados Unidos, a escala de Binet foi amplamente traduzida e aplicada. Em 1908, Henry Herbert Goddard, influenciado por ideais eugenistas, criou uma classificação ajustada à escala, cunhando a seguinte classificação: “débeis mentais seriam os indivíduos adultos com idade mental entre 8 e 12 anos; imbecis, aqueles com idade mental entre 3 e 7 anos; e, finalmente, os idiotas teriam idade mental inferior a 3 anos.” (CASTRO et al, 2007, p.270). Goddard propôs o isolamento dos deficientes mentais, para que não se reproduzissem e seus genes não fossem propagados. Segundo ele, a debilidade mental seria hereditária. Contudo, a ideia de Goddard que obteve maior êxito foi a medida de restrição à entrada de imigrantes considerados inaptos. No porto de Nova Iorque, diversos imigrantes foram barrados e submetidos a uma escala traduzida por Goddard. Os resultados da escala indicavam que “83%

dos judeus, 80% dos húngaros, 79% dos italianos e 87% dos russos eram débeis mentais” (GOULD, 2003, p. 171) e conseqüentemente essas pessoas foram impedidas de entrar no país.

Essa medida poderia ser considerada absurda à luz das concepções atuais da psicologia, mas, à época, vários estrangeiros foram barrados simplesmente por falta de conhecimento no idioma inglês, já que a escala possuía perguntas textuais e a versão aplicada não era traduzida ao idioma nativo do avaliado.

Deve-se ressaltar que o objetivo da obra de Goddard bem como da promulgação da medida de restrição à imigração era promover o progresso, assim como na França de Binet. A diferença crucial é que nos Estados Unidos o progresso justificou atos de segregação e seleção social baseados em teorias raciais. Porém se Goddard introduziu a escala Binet-Simon nos Estados Unidos, foi Terman o responsável pela popularização da mesma. Ele realizou uma revisão estatística da escala, aumentou o número de tarefas para 90, e centralizou o resultado médio (norma) em 100 pontos. Sua versão recebeu o nome de Stanford-Binet, e tornou-se a base para os testes de inteligência modernos. (GOULD, 2003).

Em 1912, o alemão W. Stern decidiu modificar o conceito original de idade mental criado por Binet. Sua ideia foi dividir o resultado da aplicação da escala Binet-Simon pela idade cronológica do avaliado. Nasceu então o conceito de Quociente de Inteligência (QI). Esse conceito ainda é amplamente utilizado nas escalas de inteligência, e foi um dos principais argumentos citados para promover políticas de restrição à imigração, esterilização, e segregação de grupos raciais e sociais na primeira metade do séc. XX. (GOULD, 2003).

Em 1917, Yerkes criou um teste coletivo baseado nas tarefas da escala Binet-Simon, e aplicou sua versão em diversos pelotões do Exército Americano. Sua primeira bateria ficou conhecida como *Army Alpha*. Posteriormente desenvolveu uma segunda, nomeada *Army Beta*. A avaliação dos militares empreendida por Yerkes gerou diversas polêmicas. A principal delas envolveu o uso dos resultados na discriminação racial de soldados negros. Um efeito indesejado das aplicações do *Army alpha* e do *Army Beta* foi o resultado geral de uma idade mental de 13 anos para os militares brancos (GOULD, 2003). Esse resultado foi utilizado como argumento contra as medidas de restrição à imigração exaltadas por Goddard. O uso desses testes no exército americano mostra a crescente preocupação em utilizar os conhecimentos psicométricos

no controle social e na manutenção da soberania militar. O objetivo era reconhecer e promover os militares considerados mais aptos.

Spearman, por sua vez, foi o autor responsável por buscar uma medida única da inteligência. A partir da década de 1910, ele se concentrou em desenvolver métodos estatísticos de análise fatorial para calcular a correlação entre diversas medidas da inteligência, criando um fator global chamado fator G. Para ele, o fator G representaria uma medida geral da inteligência do indivíduo. Sendo assim, podemos atribuir a Spearman a reificação do conceito de inteligência, através de uma teoria unificada, que posteriormente seria retomada por Cyril Burt e relacionada a fatores hereditários. (GOULD, 2003).

Vimos então como o caráter instrumental dos testes psicológicos, sustentado por uma ciência de cunho positivista, busca sedimentar e quantificar o homem no intuito de compreendê-lo para que possam ser realizadas medidas as quais guiarão a humanidade rumo ao progresso.

Também foi visto que os testes psicológicos apostam em uma interioridade e substancializam o homem, desse modo, circunscrevendo sua existência e limitando suas possibilidades de dar a própria medida as suas experiências, o que acarreta uma homogeneização, um enquadramento e uma responsabilização, ou culpabilização do homem, em consonância às demandas da era da técnica.

Agora em posse de tais informações podemos iniciar a segunda parte deste trabalho, e tecer alguns argumentos sobre os testes, pautados por algumas noções desenvolvidas por Heidegger para auxiliar o percurso de nosso pensamento.

## **2 Uma Reflexão Fenomenológica Sobre os Testes Psicológicos**

O uso da escala Binet-Simon na França representa o primeiro momento em que um teste psicológico moderno foi utilizado para a reorganização social. Observa-se, após sua publicação, a proliferação de discursos científicos sobre o psiquismo, pautados pelo objetivo de mensurar ou classificar características de pessoas. O que há em comum nesses discursos é a tomada de perspectiva do homem como um ente mensurável e com a possibilidade de ser dominado. Quando nos referimos à dominação, estamos falando não de mera relação de poder para com o

homem em sua cotidianidade, mas sim de um olhar que busca compreender o homem por meio de fazeres técnicos (nesse caso, o uso de testes psicológicos), e conseqüentemente tornar possível prever e controlar reações (no caso da França do início do séc. XX, a reação buscada é alcançar a melhoria da educação infantil). Trata-se justamente do que Heidegger (2007) chamou de pensamento calculante, aquele pensamento que calcula, que maquina ações com vista a reações previamente determinadas.

O pensamento calculante é um modo de pensar muito comum em nosso tempo. Ainda segundo Heidegger (2007), é uma expressão da época em que vivemos, denominada, como dito anteriormente, era da técnica, que é o horizonte, mas também o destino de nossa tradição ocidental. Para o autor, a técnica moderna representa um horizonte sob o qual todos os homens tendem a relacionar-se com os entes através de uma visada instrumental, ou seja, a partir do próprio uso. Na relação com os outros homens, essa tendência se manifesta na forma do controle. O controle de si e dos outros é marcado pela perda da medida existencial (O *metron* dos gregos da antiguidade, cuja perda caracteriza a *hybris*). Todavia o uso de instrumentos e técnicas para a análise e explicação de fenômenos, na maioria das vezes obscurece e distorce o fenômeno, para que estes de uma forma ou de outra, corroborem com os resultados almejados pelos mesmo. Sobre esse assunto, Heidegger (1954/2001) argumenta:

A teoria assegura para si uma região do real como domínio de seus objetos (...) Todo o novo fenômeno numa área da ciência será processado até se enquadrar-se no domínio decisivo dos objetos da respectiva teoria. (p. 49)

Dessa forma, testes como a escala de Binet-Simon são capazes de encontrar e mensurar a inteligência no homem por que ela é realmente uma característica humana que pode ser acessada e computada, ou são capazes de fazê-lo justamente por estarem enquadrando um fenômeno em uma teoria?

Nesse sentido, os testes psicológicos coadunam-se à tendência moderna e impõem uma medida externa, sedimentada, a fim de enquadrar os homens em uma normatização preestabelecida. Pautada nos critérios científicos, a mensuração psicológica acaba por retirar do homem a medida de sua própria existência. A medida passa a ser um critério normativo, construído estatisticamente, que guarda em si a resposta de como deve ser uma existência

normal. Diante das respostas da estatística, fica obscurecida a possibilidade de que se possa encontrar uma medida na própria experiência.

Por outro lado, os desdobramentos da escala Binet-Simon nos EUA, que resultaram em uma reificação da noção de inteligência, revelam ainda outro caráter dos testes psicológicos, presente na psicologia moderna de maneira ampla: a noção de interioridade. Ao encarar a inteligência como um traço individual capaz de ser medido em termos absolutos, Stern, Spearman e Burt pressupõem uma interioridade que pode ser acessada através da decomposição em partes. Para eles, um dos modos de acessar essa interioridade é através da aplicação das variações da escala de Binet, transformada nos testes de inteligência. Somente através da noção de interioridade é possível falar em inteligência como uma característica individual estável e mensurável.

A noção de interioridade está presente na psicologia desde seu surgimento, o que se pode notar na diversidade de teorias psicológicas que buscam explicar o comportamento humano a partir de mecanismos internos aos sujeitos, tais como as teorias da personalidade, as teorias psicodinâmicas, a psicologia cognitiva, etc.

Tendo uma interioridade mensurável, o comportamento humano pode ser encapsulado e compreendido, medida esta que possibilita a regulamentação e controle do homem, estando isso em vigor, os nuances da existência são sufocados por estatísticas, que cristalizam o ser do homem em uma norma que atende às demandas da modernidade, produção e eficiência. Em última instância os testes psicológicos instrumentalizam o homem.

Devido à proeminência dos testes psicológicos não é possível ignorá-los, mas também não é nosso intuito sermos totalmente passivos a eles. Frente a essa problemática, Heidegger (2001) nos aponta um caminho possível, a serenidade. Serenidade, segundo Heidegger, é a capacidade de se dizer sim e não, é uma postura que se articula dentro dessa ambiguidade. Contudo para que a serenidade seja alcançada devemos operar com um tipo de pensamento diferente, que não o calculante, que maquina e controla, mas sim o que Heidegger vem a chamar de pensamento meditante. Esse modo de pensar é caracterizado por uma atitude antinatural, que dá um passado atrás na sua relação com as determinações do mundo, demorando-se nas coisas, para que se possa realizar uma suspensão de julgamentos, o que na atualidade é uma atividade

contraintuitiva, já que nossa existência é constantemente permeada por um ritmo acelerado em fluxo ininterrupto. Por esse motivo, Heidegger acredita que o pensamento meditante “exige, por vezes, um grande esforço” (2001, pg 14).

Todavia, dizer sim e não, aqui, não é assumir uma posição apática ou submissa, mas justamente de um dizer sim e não ao mesmo tempo. A serenidade permite ao homem utilizar-se da técnica sem que para isso ele necessite tornar-se escravo dela. Nisso consiste a ambiguidade de dizer sim e não. É um modo de relacionamento mais próprio e liberto, pois é capaz de dar um passo atrás e manter em suspenso respostas definitivas.

### **3 Considerações Finais**

Foi possível perceber durante a revisão histórica que os teste psicológicos derivam-se de uma perspectiva positivista científica que tem como característica o estudo de um objeto através de instrumentos para que seja possível sua mensuração, previsão de comportamentos futuros e controle. Quando esse objeto se torna o homem, fica aparente a função diretiva e homogeneizadora de tal movimento, pois há uma forma correta de se responder a um teste, que, quando não atendida, dispara mecanismos de regulamentação que promovem ações corretivas. Em última análise, podemos notar que o objetivo dos testes é promover certo tipo de reorganização a partir dos resultados observados. Atitude esta, totalmente em desalinho com a clínica fenomenológica, uma vertente clínica que não oferece um método, que não possui fórmulas prontas para serem utilizadas em cada caso. Como agir sem que alguém nos diga o que fazer? Que metas cumprir se não há metas para serem alcançadas? Torna-se particularmente difícil adotar essa postura no panorama da era da técnica, dominada pelo pensamento calculante.

Em contraposição a técnica, a serenidade se mostra um caminho possível, onde se diz sim e não, sem que, todavia, o terapeuta demonstre apatia. Pelo contrário, deve ele ir de encontro à ambiguidade da própria existência, que não é regida pela lógica. A postura serena se dá no constante fazer clínico no qual o terapeuta almeja suspender preconceitos e determinações do seu mundo para não moralizar ou tutelar, dessa maneira defrontando o outro com a sua possibilidade de decisão que sempre foi dele. O terapeuta que age em serenidade não se antecipa

ao fenômeno, mas o deixa aparecer, demorando-se nas questões, não coadunando com o tempo da era da técnica, mas respeitando o tempo do paciente. Acreditamos que tal postura favorece o estabelecimento de um espaço onde novas condições de possibilidades possam surgir.

#### **Referências Bibliográficas:**

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (Eds.). **O Trabalho Do Psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed. 2010.

CASTRO, A. C.; CASTRO, A. G.; JOSEPHSON, S. C.; JACÓ-VILELA, A. M. Medir, Classificar e Diferenciar. In: JÁCO-VILELA, A. M.(org.) **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. 2ª Ed. Nau Editora: Rio de Janeiro, 2007. p.265-290.

GOULD, S. J. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOODWIN, C. J. **História da psicologia moderna**. Editora Cultrix, 2005.

Heidegger, M. **Ciência e Pensamento de Sentido**. (Emmanuel Carneiro Leão, Trad) Heidegger, Martin., Ensaio e Conferencias. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001: Vozes. (Original publicado em 1954).

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. In: **Scientia Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2007.

HEIDEGGER, Martin. Serenidade. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 1º edição, 2001.p.11.